

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

31 de dezembro de 2021 e 2020

com Relatório da Administração e dos Auditores Independentes



Instituto Adventista de Ensino

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

31 de dezembro de 2021 e 2020

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.



Mauricio Pinto Lima
Diretor Presidente



Emmanuel Oliveira Guimarães
Diretor Secretário



Gilnei Viveiro de Abreu
Diretor Econômico

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82



Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP

Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise

Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

BALANÇO PATRIMONIAL

Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

ATIVO	Nota Explic.	2021	2020
CIRCULANTE		46.381.612,33	39.051.045,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	9.910.140,62	3.961.749,86
Contas a Receber	6	29.428.926,15	28.772.722,28
Estoques	7	4.050.823,98	4.042.220,47
Despesas do Exercício Seguinte		2.991.721,58	2.274.352,73
NÃO CIRCULANTE		141.343.742,15	144.587.445,54
Realizável a Longo Prazo		4.672.276,40	3.721.371,57
Créditos com Terceiros		1.832.179,42	1.521.525,21
Depósitos Judiciais	8	2.834.608,38	2.199.846,36
Encargos Financeiros a Apropriar a L.P.	9	5.488,60	-
Imobilizado	10	134.300.790,17	136.108.656,41
Bens em Formação		5.931.014,86	2.092.491,19
Terrenos		9.121.589,41	9.121.814,41
Edifícios e Benfeitorias		150.402.974,24	150.326.903,23
Instalações		16.759.954,56	16.543.986,97
Móveis e Utensílios		13.361.789,69	12.993.020,93
Máquinas e Equipamentos		55.135.828,07	49.882.823,12
Automotores		5.679.158,30	5.733.454,10
Outros Imobilizados		3.626.882,56	3.716.105,86
(-) Depreciação Acumulada - Imobilizado		(125.718.401,52)	(114.301.943,40)
Intangível	11	2.370.675,58	4.757.417,56
Direito de Uso e Concessão/Software/Marcas e Patentes		12.289.004,89	12.289.004,89
(-) Amortização Acumulada - Intangível		(9.918.329,31)	(7.531.587,33)
TOTAL DO ATIVO		187.725.354,48	183.638.490,88
PASSIVO		2021	2020
CIRCULANTE		82.516.014,70	63.552.839,30
Contas a Pagar	12	27.131.294,94	17.535.518,45
Convênios e Empréstimos	14	35.414.693,98	34.250.647,21
Adiantamento de Clientes	13	7.413.152,01	4.488.762,81
Fundos em Confiança		5.864.511,21	588.903,61
Recursos Para Projetos		4.529.159,28	4.529.159,28
Férias e Encargos Sociais		1.790.861,84	1.787.506,50
Provisão Processos Judiciais	15	372.341,44	372.341,44
NÃO CIRCULANTE		94.543.190,45	72.253.594,85
Exigível a Longo Prazo		94.543.190,45	72.253.594,85
Obrigações Tributárias		544.067,15	
Provisão Processos Judiciais		2.277.204,80	1.951.057,12
Adiantamentos Aluguéis	15	320.000,00	480.000,00
Adiantamento Venda de Propriedade		8.000.000,00	8.000.000,00
Convênios e Financiamentos	14	83.401.918,50	61.822.537,73
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	10.666.149,33	47.832.056,73
Patrimônio Social		47.832.056,73	67.900.088,63
Superávit/Déficit do Exercício		(37.165.907,40)	(20.068.031,90)
TOTAL DO PASSIVO		187.725.354,48	183.638.490,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAURICIO PINTO DE LIMA
DIRETOR PRESIDENTE

GILNEI VEVEIRO DE ABREU
DIRETOR ECONOMO

MARCOS TOTH
CRC SP-266855/O-0
CONTADOR



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-32
 Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
 Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preparatórias na área de Educação
 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEPAS nº 23.000.011215/2012 - D em análise
 Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.376/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 218/2003

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

Nota Explic.	2021			2020				
	Básica	Superior	Sustentáveis	Total	Básica	Superior	Sustentáveis	Total
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	86.328.241,34	94.960.828,01	89.780.259,63	271.070.328,98	86.240.537,53	98.823.010,66	77.727.884,06	176.791.432,25
Recarga de Prestação Serviços Educacionais	76.592.601,51	86.908.515,35	-	163.501.116,86	76.523.887,85	97.853.716,82	-	176.377.604,67
Mensalidades Alunos Pagantes	59.748.360,91	68.371.577,44	-	128.119.938,35	61.215.704,12	76.760.891,96	-	137.976.596,07
Mensalidades Concedidas em Bolsas de Estudos	16.844.240,60	18.536.937,91	-	36.381.178,51	17.308.183,73	21.092.824,87	-	38.400.988,60
(-) Dedução da Receita Educacional	(25.092.799,88)	(26.264.399,08)	-	(51.347.198,96)	(29.688.998,47)	(36.140.733,61)	-	(65.827.732,08)
(-) Bolsas 100% Lei 12101	(7.992.082,50)	-	-	(7.992.082,50)	(8.878.153,98)	-	-	(8.878.153,98)
(-) Bolsas Lei 50% 12101	(4.446.454,00)	-	-	(4.446.454,00)	(4.589.551,44)	-	-	(4.589.551,44)
(-) Bolsas Conc. Básica-Func/Dep. 100%	(4.405.704,10)	-	-	(4.405.704,10)	(3.840.458,31)	-	-	(3.840.458,31)
(-) Bolsas Conc. Graduação 100%	(11.222.453,32)	-	-	(11.222.453,32)	(12.521.472,67)	-	-	(12.521.472,67)
(-) Bolsas Conc. Graduação 50%	(3.995.330,29)	-	-	(3.995.330,29)	(5.158.257,17)	-	-	(5.158.257,17)
(-) Bolsas Conc. Pós-Graduação-Func/Dep. 100%	(3.235.346,51)	-	-	(3.235.346,51)	(3.406.398,03)	-	-	(3.406.398,03)
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções	(83.807,79)	(7.727.461,17)	-	(83.807,79)	(6.697,00)	-	-	(6.697,00)
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções	(8.238.569,28)	-	-	(8.238.569,28)	(12.378.834,74)	-	-	(12.378.834,74)
Recarga de Atividades Sustentáveis	10.608.938,16	10.608.938,16	10.608.938,16	10.608.938,16	9.428.365,74	9.428.365,74	9.428.365,74	9.428.365,74
Recarga de Venda de Atividades Sustentáveis	10.608.938,16	10.608.938,16	10.608.938,16	10.608.938,16	9.428.365,74	9.428.365,74	9.428.365,74	9.428.365,74
(-) Dedução da Receita Bruta Ativ. Sustentáveis	(1.109.432,31)	(1.109.432,31)	(1.109.432,31)	(1.109.432,31)	(4.404.147,22)	(4.404.147,22)	(4.404.147,22)	(4.404.147,22)
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções	(1.109.432,31)	(1.109.432,31)	(1.109.432,31)	(1.109.432,31)	(4.404.147,22)	(4.404.147,22)	(4.404.147,22)	(4.404.147,22)
(+) Demais Receitas	9.736.639,83	8.052.312,66	79.171.321,47	96.960.273,96	7.716.689,68	969.293,84	68.299.518,32	76.985.481,84
Doações Diversas	6.464.492,52	5.824.821,03	3.533.462,43	15.822.775,98	5.566.664,58	669.601,23	7.219.225,15	13.454.490,96
Recursos Poderes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos não Governamentais	2.424.905,98	356.882,46	6.264.487,23	6.621.369,68	16.128,77	48.826,00	1.092.059,07	1.157.013,84
Recarga Cursos Extra Curriculares	847.241,33	1.030.377,18	25.113.857,87	28.589.171,03	2.133.876,32	243.611,61	28.288.749,10	30.666.237,03
Outras Receitas	-	-	44.269.483,94	45.946.957,27	0,01	7.255,00	31.700.485,00	31.707.740,01
(=) RECEITA LÍQUIDA	61.246.441,46	68.696.428,93	88.670.827,32	218.613.687,71	56.553.539,06	62.682.277,05	73.323.738,84	192.559.552,95
(-) Custo dos Serviços /Atividades	26.078.934,98	39.273.143,58	81.172.589,22	146.524.547,78	24.952.919,12	41.013.494,54	74.543.602,40	140.510.016,05
Custo da Venda Atividades Sustentáveis	24.194.068,41	36.491.543,82	68.877.505,83	129.563.108,06	23.074.320,13	37.697.593,97	63.098.854,21	123.870.768,31
Despesas com Pessoal	1.884.776,57	2.781.599,76	5.783.644,88	10.450.021,21	1.878.598,99	3.315.900,57	5.399.745,52	10.594.245,08
Encargos Sociais e Previdenciários	35.187.606,48	29.423.285,35	7.498.258,10	72.089.149,93	31.600.619,94	21.668.782,51	(1.219.885,59)	52.049.536,89
(-) Despesas Operacionais	9.281.876,58	11.189.540,08	72.300.706,49	92.782.123,15	5.259.120,19	10.148.556,05	55.920.224,72	71.327.900,96
Despesas Administrativas e Gerais	6.934.471,75	7.104.704,01	56.329.630,63	70.368.806,39	3.608.434,01	7.021.273,61	41.851.661,79	52.481.369,41
Despesas C/ Depreciações E Amortizações	1.117.614,71	1.998.914,53	10.983.409,24	14.099.938,48	1.204.178,75	2.206.581,69	10.739.685,11	14.150.445,95
Despesas Assistenciais	1.239.790,12	2.085.921,54	4.987.666,62	8.313.378,28	446.507,43	920.700,75	3.328.877,82	4.696.086,00
(+/-) Receitas Financeiras Líquidas	(6.525.725,64)	(5.002.075,93)	(4.574.259,08)	(16.102.060,65)	(893.405,63)	(1.316.220,20)	(3.033.625,84)	(5.243.251,87)
(+)-Receitas Financeiras	351.678,82	71.325,28	1.554.644,12	1.977.648,22	108,12	12.657,76	1.308.514,43	1.319.280,30
(-)-Despesas Financeiras	(6.877.404,46)	(5.073.401,21)	(6.128.903,20)	(18.079.708,87)	(893.513,75)	(1.328.877,95)	(4.340.140,27)	(6.562.531,97)
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	19.350.004,26	13.231.669,34	(69.376.707,47)	(38.795.033,87)	25.448.094,12	10.200.006,26	(60.173.716,12)	(24.521.815,74)
(+/-) Outras Receitas e Despesas	(9.300,40)	(24.682,60)	(336.890,53)	(370.873,53)	978.573,79	1.118.577,36	2.356.432,69	4.453.583,84
(+)-Receitas	-	16.367,44	16.367,44	16.367,44	1.076.936,20	1.370.208,36	3.376.312,54	5.823.457,10
(-)-Despesas	(9.300,40)	(24.682,60)	(353.257,97)	(357.240,97)	(86.362,41)	(251.610,00)	(1.369.873,26)	(1.369.873,26)
(=) SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	19.340.703,86	13.206.986,74	(69.713.598,00)	(37.165.907,40)	6.988.935,65	(8.466.087,19)	(18.560.880,37)	(20.068.031,90)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


MAURICIO PINTO DE LIMA
 DIRETOR PRESIDENTE


GILNEI VIVEIRO DE ABREU
 DIRETOR ECONOMICO


MARCOS TOTH
 ISP-266855/00
 CONTADOR

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82



Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS n° 23.000.011252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei n° 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto n° 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido Ajustado	(9.865.766,76)	4.835.732,16
Superávit/Déficit do Exercício	(37.165.907,40)	(20.068.031,90)
Depreciação e Amortização	14.099.938,48	14.150.445,55
Provisão para Devedores Duvidosos	8.570.646,12	5.800.636,29
Provisão para Processos Judiciais	-	9.854,54
Provisão para Contingências/Emergências/Adm. E Gerais	7.137,58	23.413,22
Provisão de Férias e Encargos	4.763.724,79	5.795.809,51
Valor Residual do Ativo Imobilizado Baixado	(141.306,33)	(876.395,05)
(Aumento) Redução do Ativo	(10.910.864,76)	(14.739.571,17)
Contas a Receber	(9.226.849,99)	(15.474.338,91)
Estoques	(15.741,09)	(490.603,22)
Despesas do Exercício Seguinte	(717.368,85)	1.158.165,55
Realizável (Não Circulante)	(950.904,83)	67.205,41
Aumento (Redução) do Passivo	37.361.143,51	10.346.446,57
Contas a Pagar	11.059.856,93	29.852.067,04
Adiantamento de Clientes	2.924.389,20	(1.108.660,65)
Fundo de Confiança	5.275.607,60	(1.016.758,53)
Outras Obrigações	(4.760.369,45)	(5.915.126,21)
Exigível (Não Circulante)	22.861.659,23	(11.465.075,08)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.584.511,99	442.607,56
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Acréscimo no Imobilizado	(12.131.335,93)	(9.150.048,44)
Diminuição do Intangível	2.367.312,00	2.367.312,00
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(9.764.023,93)	(6.782.736,44)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento/Liquidação de Empréstimos	(872.097,30)	(854.791,10)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(872.097,30)	(854.791,10)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	5.948.390,76	(7.194.919,98)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.961.749,86	11.156.669,84
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.910.140,62	3.961.749,86

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAURICIO PINTO DE LIMA
DIRETOR PRESIDENTE

GILNEI VIVEIRO DE ABREU
DIRETOR ECONÔMO

MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR

IAE TUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal, Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	PATRIMÔNIO	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	105.950.517,46	(38.050.428,83)	67.900.088,63
Incorporação	(38.050.428,83)	38.050.428,83	-
Superávit ou (Déficit) do Exercício		(20.068.031,90)	(20.068.031,90)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	67.900.088,63	(20.068.031,90)	47.832.056,73
Incorporação	(20.068.031,90)	20.068.031,90	-
Superávit ou (Déficit) do Exercício		(37.165.907,40)	(37.165.907,40)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	47.832.056,73	(37.165.907,40)	10.666.149,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



MAURICIO PINTO DE LIMA
DIRETOR PRESIDENTE



GILNEI VIVEIRO DE ABREU
DIRETOR ECONÔMICO



MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO



CNPJ: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2021	Índices	2020	Índices
1-RECEITAS	181.252.082,82		171.320.360,15	
Receita da Prestação	111.044.485,59		106.145.705,37	
Outras Receitas	70.207.597,23		65.174.654,78	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(102.974.474,29)		(71.436.824,65)	
(-)Custo dos Produtos/Serviços/Mercadorias	(6.511.418,51)		(6.045.002,67)	
(-)Serviços de Terceiros	(992.646,97)		(695.565,40)	
(-)Despesas Administrativas	(86.504.457,60)		(57.994.915,90)	
(-)Outras Despesas	(8.965.951,21)		(6.701.340,68)	
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	78.277.608,53		99.883.535,50	
4-RETENÇÕES	(14.099.938,48)		(14.150.445,55)	
(-)Depreciações e Amortização	(14.099.938,48)		(14.150.445,55)	
5-VALOR ADICIONADO LIQUIDO (3-4)	64.177.670,05		85.733.089,95	
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	39.355.630,55		28.381.930,20	
Receitas Financeiras	1.977.648,22		1.319.280,30	
Doações Recebidas	37.377.982,33		27.062.649,90	
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	103.533.300,60		114.115.020,15	
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	103.533.300,60	100%	114.115.020,15	100%
Remuneração do Trabalho(pessoal, encargos e benefícios)	139.020.482,30	134,28%	133.769.447,99	117,22%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.678.725,70	1,62%	413.604,06	0,36%
Superávit ou Déficit do Exercício	(37.165.907,40)	-35,90%	(20.068.031,90)	-17,59%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


MAURICIO PINTO DE LIMA
DIRETOR PRESIDENTE


GILNEI VIVEIRO DE ABREU
DIRETOR ECONÔMICO


MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP

Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise

Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021

(Em reais)

1. Contexto Operacional

O INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, fundado em 1915, no município da Santo Amaro - SP, inscrito no CNPJ/MF sob nº 43.586.056/0001-82, pessoa jurídica de direito privado, constituído como associação, Entidade Beneficente de Assistência Social, comunitária, filantrópica e confessional, de fins educacionais, não lucrativos, com sede e foro no município de Engenheiro Coelho - SP, regido pelo vigente Estatuto Social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mogi Mirim sob o nº 1.745, no livro A-03. Certificado pelo MEC como Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS por meio da Portaria nº 491, de 19/11/2020, com pedido de renovação através dos processos nº 23000.022318/2015-31, 23000.034280/2018-92 e 23000.032375/2021-77, em aguardo de análise; registrado no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob nº 73.623/63. É declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 70.120, de 04/02/72; pela Lei Estadual/SP nº 8.756, de 12/06/65; e pela Lei Municipal/EC nº 228, de 10/06/03. Tem por finalidade promover e/ou administrar e/ou gerir as atividades, ações e programas de fins educacionais, culturais, assistenciais e filantrópicos. O INSTITUTO aderiu ao Programa Universidade para Todos – PROUNI no 1º semestre de 2011.

2. Do Cumprimento do Artigo 14 do CTN

- a) O Instituto não distribui às suas associadas qualquer parcela do seu patrimônio ou entradas, a título de lucro ou participação nos seus resultados, vantagens, bonificações, dividendos, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 11.
- b) O Instituto aplica todas as suas rendas, receitas e eventuais resultados operacionais e bens, inclusive as subvenções e doações recebidas, integralmente no País, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 11.
- c) O Instituto mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme previsto em seu Estatuto Social no artigo 11.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo à Resolução do CFC nº 1.185/09 e à Resolução do CFC nº 1.409/12, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas aderindo as Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a ITG 1000 e ITG 2002, e os demais Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

4. Principais práticas contábeis brasileiras adotadas

- a) Apuração do resultado:
O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa:
Consistem em numerários disponíveis na Entidade. Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.
- c) Estoques:
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos respectivos custos de reposição ou de realização e referem-se aos estoques de livros, uniformes, na data do balanço.
- d) Outros ativos:
Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- e) Imobilizado:
O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, registrada diretamente no resultado do exercício.
Os valores do imobilizado são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- f) Intangível
Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição deduzida da amortização
- g) Passivo circulante:
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante





INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

- h) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:
Está sendo registrado nesta conta as perdas de recebimento de crédito, tomando-se como base a média de perdas havidas nos últimos 3 (três) anos.
- i) Provisão para Férias:
Foram constituídas provisões de férias com base em 1/3 (um terço) dos salários nominais ajustados aos respectivos períodos aquisitivos, acrescidas dos respectivos encargos até a data do balanço.
- j) Ajuste a Valor Presente
Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo não sofreram efeitos relevantes no período.
- k) Formalidade da Escrituração Contábil – Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000).
A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.
As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na “Escrituração Contábil Digital- ECD”, A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Instituto mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

Conforme determina a Resolução CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução CFC nº 1.185/09 (NBC TG 26) – Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	2021	2020
Caixa	193.619,85	182.289,36
Bancos	370.911,68	347.148,92
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata (a)	9.345.609,09	3.432.311,58
Total	9.910.140,62	3.961.749,86

Os valores estão aplicados em modalidade de investimentos com baixo risco de perda do valor investido. As aplicações financeiras vêm sendo mantidas,



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ/MF: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP

Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.022318/2015-31 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, que possuem alta liquidez cujas rentabilidades estão em linha às taxas de juros do mercado (CDI). As aplicações são registradas pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predeterminados, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, com liquidez imediata.

6. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas

Descrição	2021	2020
Clientes nacionais a receber	246.680,32	118.534,40
Serviços educacionais a receber	37.216.245,34	33.869.232,86
Outras contas a receber	17.199.782,00	17.022.321,05
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa	(25.233.781,51)	(22.237.366,03)
Total	29.428.926,15	28.772.722,28

As contas à Receber estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

7. Estoques

Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16) – Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado.

Descrição	2021	2020
Mercadorias	3.223.352,13	3.385.388,68
Materiais de Consumo	731.117,85	656.831,79
Adiantamentos Fornecedores de Estoque	96.354,00	-
Total	4.050.823,98	4.042.220,47

8. Depósitos Judiciais

Referem-se aos depósitos recursais de ações trabalhistas e tributárias, registrados pelo valor atualizado. Para melhor evidenciação do real valor das contas patrimoniais, a partir de 2013 Registrou a atualização monetária sobre os Depósitos Recursais com base no art.9 da Lei nº 8.177/91 combinado com o art. 13 da Lei nº 8.036/90

9. Encargos Financeiros a Apropriar a L.P.

Refere-se a juros e encargos de financiamentos que serão apropriados a longo prazo, de instituições financeiras.

10. Composição do Imobilizado

Para viabilizar o atendimento das suas necessidades, a Instituição Adventista adquire bens, móveis e instalações e a própria sede, através da receita oriunda de suas atividades. O Ativo Imobilizado está registrado contabilmente conforme apresentado:

Descrição	Taxa Anual	2020		2021		Valor Residual
		Valor Residual	Aquisição Baixas	Custo	Depreciação	
Bens Em Formação	0%	2.076.091,19	3.630.895,57	5.706.986,76	-	5.706.986,76
Adiantamento A Fornecedores - Imobilizações	0%	16.400,00	207.628,10	224.028,10	-	224.028,10
Terrenos	0%	9.121.814,41	(225,00)	9.121.589,41	-	9.121.589,41
Edifícios E Benfeitorias	4%	93.906.735,02	(5.403.994,75)	150.402.974,24	(61.900.233,97)	88.502.740,27
Instalações	5%	8.837.304,33	(368.276,46)	16.759.954,56	(8.290.926,69)	8.469.027,87
Móveis E Utensílios	10%	4.421.203,51	(386.183,14)	13.361.789,69	(9.326.769,32)	4.035.020,37
Máquinas E Equipamentos Diversos	10%	10.896.879,71	39.624,81	28.811.428,59	(17.874.924,07)	10.936.504,52
Equipamentos De Informática/Eletrônicos	25%	3.775.875,82	939.115,56	26.324.399,48	(21.609.408,10)	4.714.991,38
Veículos	25%	341.549,83	(164.691,59)	3.626.882,56	(3.450.024,32)	176.858,24
Outros Imobilizados	25%	2.714.802,59	(301.759,34)	5.679.158,30	(3.266.115,05)	2.413.043,25
Totais		136.108.656,41	(1.807.866,24)	260.019.191,69	(125.718.401,52)	134.300.790,17

11. Composição do Intangível


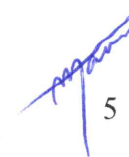

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis). São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Descrição	Taxa Anual	2020		2021		Valor Residual
		Valor Residual	Aquisição Baixas	Custo	Amortização	
Software	33%	19.429,98	(19.429,98)	444.792,14	(444.792,14)	-
Marcas E Patentes De Invenção	33%	3.363,62	-	7.652,81	(4.289,19)	3.363,62
Pesquisa E Desenvolvimento De Projeto	33%	4.734.623,96	(2.367.312,00)	11.836.559,94	(9.469.247,98)	2.367.311,96
Totais		4.757.417,56	(2.386.741,98)	12.289.004,89	(9.918.329,31)	2.370.675,58

Durante a implantação de nossa unidade de Ensino a Distância foi incorporado no Intangível valores totalizando R\$ 11.836.559,94 (Onze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos) que foram registrados pelo custo de aquisição para formação de conteúdo de incluindo aulas com material audiovisual e material didático e afins utilizados na operação da atividade. A amortização equivale ao tempo de vida útil-econômica estimada dos produtos a serem utilizados na educação à distância.

12. Contas a Pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Descrição	2021	2020
Fornecedores a Pagar	8.235.883,65	5.349.783,76
Obrigações Fiscais	69.936,47	33.661,68
Obrigações Empregatícias	3.564.551,70	3.763.914,28
Obrigações Com Pessoal	7.592.471,74	7.302.091,59
Entidades Congêneras a Pagar	3.563,71	28.266,67
Outras Contas a Pagar	7.664.887,67	1.057.800,47
Total	27.131.294,94	17.535.518,45

13. Adiantamento de Clientes

Estão registrados os Serviços educacionais, recebidos antecipadamente pelo seu valor nominal referente ao próximo exercício.

14. Empréstimos e Convênios

São empréstimos e financiamento junto a bancos considerados de primeira linha pelo mercado. Os Convênios das entidades são do próprio grupo econômico com a Taxa baseado no CDB.

Curto Prazo

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos, valores cujo vencimento não ultrapassam o exercício subsequente.

Descrição	2021	2020
Convênios Com Entidades Cong. a Pagar	35.044.080,44	33.580.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	370.613,54	670.647,21
Total	35.414.693,98	34.250.647,21

Longo Prazo

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos, valores cujo vencimento ultrapassam o exercício subsequente.


Descrição	2021	2020
Convênios Com Entidades Cong. a Pagar A L.P.	82.719.207,99	60.567.763,59
Empréstimos e Financiamentos a Pagar A L. P.	682.710,51	1.254.774,14
Total	83.401.918,50	61.822.537,73

15. Contingências

O Instituto discute judicialmente ações cíveis, trabalhistas, fiscais e tributárias em montante de R\$ 4.035.779,97. Assim, o Instituto amparado na opinião de seus assessores jurídicos constituiu a provisão de R\$ 2.649.546,24

16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é constituído pelo Patrimônio Social e de todo e qualquer superávit, que é aplicado na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

 6



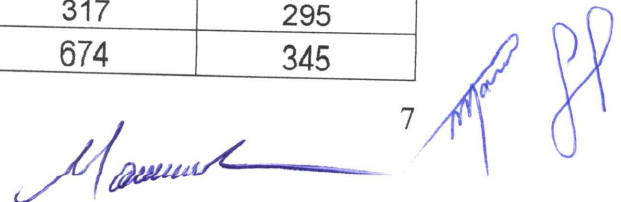
17. Compromisso com Gratuidades

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

Educação Básica		2021	2020
Total de alunos matriculados (a)		6.498	6.585
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	o	669	710
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	-	669	710
Outras bolsas integrais (b)		406	338
Alunos inadimplentes (d)		253	323
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	Z	5.839	5.924
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	po	779	783
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	779	783
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	1.059	1.102
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 76.592.601,51	R\$ 78.523.867,85
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	6.245	6.262
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 12.264,63	R\$ 12.539,74
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		353	367
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13	Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

Educação Superior			
Total de alunos matriculados (a)		2021	2020
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	121	225
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	1.012	974
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	1.133	1.199
Outras bolsas integrais (b)		317	295
Alunos inadimplentes (d)		674	345

7



Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	7.175	7.820
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	751	961
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppr o	1	3
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	752	964
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	1.509	1.681
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	86.908.515,35	97.853.716,82
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	7.492	8.115
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	11.600,18	12.058,38
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		503	560
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo			
Quantidade mínima de bolsas 1/5		Art. 13-A	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido
		Atendido	Atendido

a) Regras para Alcance 1/9

$$I \geq \frac{N}{10}$$

b) Regras para alcance da proporção 1/5.

$$N \leq 6I_o + 7I_d + 8I_t + 2,5P + 5B_c$$

Demonstrativo das Bolsas Concedidas

Bolsa Concedida	Valor Bolsas Educacionais Concedidas 2021	Valor Bolsas Educacionais Concedidas 2020
(-) Bolsas Sociais 100% - 1 X 9	19.214.535,82	21.399.626,65
(-) Bolsas Sociais concedidas 50%	8.441.784,29	9.747.808,61
(-) Bolsas Convenção	7.724.858,40	7.253.553,34
TOTAL	35.381.178,51	38.400.988,60

Receitas com Gratuidades e sem Gratuidades (Resolução CFC 1.409/2012 – ITG 2002)

	2021	2020
Receita Efetiva (com Gratuidades)	147.535.096,41	148.950.841,19
(-) Gratuidades	(35.381.178,51)	(38.400.988,60)
Receita (sem Gratuidades)	112.153.917,90	110.549.852,59

18. Benefícios da Filantropia

Contribuições Sociais – Isenção (Lei nº 12.101/2009 e Decreto nº 8.242/2014)

Contribuições Sociais – Isenção	2021	2020
Cota Patronal	21.521.933,84	20.502.248,49
SAT	1.242.305,87	1.172.064,25
Terceiros	5.261.887,32	4.960.042,96
Contribuinte Individual	123.823,66	112.881,01
TOTAL	28.149.950,69	26.747.236,71

Em atendimento a Lei nº 12.101/2009 e Decreto nº 8.242/2014 são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como as devidas fossem gozadas durante os exercícios de 2021 e 2020:

Especificação	2021	2020
Isenção Usufruída (Cota Patronal)	28.149.950,69	26.747.236,71
Bolsas Sociais concedidas	35.381.178,51	38.400.988,60
Valor Aplicado a Maior	7.231.227,82	11.653.751,89

19. Doações Recebidas

Como parte da receita a Entidade recebe doações de Pessoas Físicas, e de Pessoas Jurídicas. Esses recursos são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

O valor das doações recebidas em:	2021	2020
Pessoa Física	561.004,16	131.522,23
Pessoa Jurídica	339.654,32	15.074,07
Doações Recebidas da Mantenedora	14.922.117,50	13.307.894,66
Total das Doações	15.822.775,98	13.454.490,96

20. Recursos Não Governamentais

Os valores dos Recursos são oriundos em sua totalidade da entidade Religiosa do próprio grupo econômico.

21. Cobertura de Seguros

O Instituto possui cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado nas modalidades de incêndio, raio, explosão, responsabilidade civil,

roubo ou furto de bens, recomposição de documentos, vendaval e granizo, danos elétricos e vidros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

22. Percentual das Mensalidades da Aplicadas em Despesas com Pessoal

A entidade atendeu, nos exercícios de 2021 e 2020, o previsto no inciso III letra "c" do artigo 12 da Instrução Normativa SRF nº 113 de 21 de setembro de 1998, que trata da destinação das despesas com pessoal docente e técnico administrativo incluídos os encargos sociais, de pelo menos 60% das mensalidades escolares de Ensino Superior, conforme demonstração abaixo:

Descrição	2021	2020
Receita líquida de mensalidade	60.644.116,27	61.712.983,21
Percentual de 60% a aplicar	36.386.469,76	37.027.789,93
Valores Aplicados		
Salários	36.491.543,82	37.697.593,97
Encargos Sociais	2.781.599,76	3.315.900,57
Total Aplicado	39.273.143,58	41.013.494,54

23. Nova legislação CEBAS

A Instituição, no que tange a esfera Educacional, ofertou bolsas de estudos por meio de Processo Seletivo a candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica; bem como, na área de saúde prestou serviços de forma gratuita aos pacientes encaminhados pelo Gestor local do SUS, cumprindo as contratualizações firmadas com o poder público e as proporções previstas pela legislação vigente no exercício de 2021.

Quanto a isto, cabe elucidar que a Lei nº 12.101/2009 e suas regulamentações, até então tidas como referencial normativo para o CEBAS, foram revogadas com a promulgação/publicação da **Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021**, que desde tal data, tem servido de base para a obtenção da certificação das entidades beneficentes e regulamentado os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à Seguridade Social, prevista no §7º, do art. 195 da Constituição Federal.

De igual modo que foram atendidas as exigências tratadas pela Lei nº 12.101/2009, a Instituição também cumpriu os preceitos instituídos pela LC nº 187/2021.

24. Eventos Subsequentes

Desde 31 de dezembro de 2021 até a data do encerramento das Demonstrações Contábeis, em 20 de maio de 2022, não ocorreram fatos decorrentes envolvendo o COVID-19 que pudessem afetar as demonstrações contábeis da Entidade.

Engenheiro Coelho, 31 de dezembro de 2021.



MAURICIO PINTO DE LIMA
DIRETOR PRESIDENTE



GILNEI VIVEIRO DE ABREU
DIRETOR ECONOMO



MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR 10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria do
INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Engenheiro Coelho – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados



com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as



eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 17 de maio de 2021, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 31 de maio de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Nilton Antonio Tiellet Borges'.

Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-SP - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

A second handwritten signature in black ink, identical to the one above.




TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-SP
CNPJ 05.750.330/0001-18

Página de assinaturas



Nilton Borges
005.449.140-15
Signatário

HISTÓRICO

- 30 jun 2022**
14:35:13  **Nilton Antonio Tiellet Borges** criou este documento. (E-mail: ntielletborges@gmail.com, CPF: 005.449.140-15)
- 30 jun 2022**
14:35:16  **Nilton Antonio Tiellet Borges** (E-mail: ntielletborges@gmail.com, CPF: 005.449.140-15) visualizou este documento por meio do IP 45.235.181.16 localizado em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brazil.
- 30 jun 2022**
14:35:23  **Nilton Antonio Tiellet Borges** (E-mail: ntielletborges@gmail.com, CPF: 005.449.140-15) assinou este documento por meio do IP 45.235.181.16 localizado em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brazil.

